

## SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA (À 1ª EDIÇÃO).....	13
NOTA À 4ª EDIÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
EVOLUÇÃO DAS JURISPRUDÊNCIA MAIS RECENTE.....	29
Jurisprudência	
Prejudicialidade existente entre as ações de improbidade movidas contra agentes políticos e a Reclamação 2.138.....	30
Agentes políticos e a lei de Improbidade Administrativa.....	34
COMENTÁRIOS À LEI 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	
Panorama geral do “enriquecimento ilícito”.....	41
<i>Capítulo I – Das Disposições Gerais</i>	
– Art. 1º.....	47
Improbidade.....	47
Agentes públicos e equiparados.....	51
Proteção ao patrimônio público – Conceito e abrangência.....	54
– Parágrafo único do art. 1º.....	57
– Art. 2º.....	57
– Art. 3º.....	57
– Art. 4º.....	58
– Art. 5º.....	61
– Art. 6º.....	65
– Art. 7º.....	67
– Parágrafo único do art. 7º.....	69
Jurisprudência acerca da diferença entre os arts. 7º e 16 (diferença entre indisponibilidade e seqüestro de bens).....	71
– Art. 8º.....	74
Jurisprudência.....	75

**Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa****Seção I – Dos atos da improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito**

– Art. 9º.....	77
– Inciso I do art. 9º.....	82
– Inciso II do art. 9º.....	83
– Inciso III do art. 9º.....	86
– Inciso IV do art. 9º.....	86
– Inciso V do art. 9º.....	87
– Inciso VI do art. 9º.....	88
– Inciso VII do art. 9º.....	89
– Inciso VIII do art. 9º.....	91
– Inciso IX do art. 9º.....	92
– Inciso X do art. 9º.....	93
– Inciso XI do art. 9º.....	93
– Inciso XII do art. 9º.....	94

**Seção II – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário**

– Art. 10.....	95
– Inciso I do art. 10.....	99
– Inciso II do art. 10.....	99
– Inciso III do art. 10.....	100
– Inciso IV do art. 10.....	102
– Inciso V do art. 10.....	103
– Inciso VI do art. 10.....	103
– Inciso VII do art. 10.....	104
– Inciso VIII do art. 10.....	105
– Inciso IX do art. 10.....	111
– Inciso X do art. 10.....	111
– Inciso XI do art. 10.....	112
– Inciso XII do art. 10.....	112
– Inciso XIII do art. 10.....	113
– Incisos XIV e XV do art. 10.....	113

**Seção III – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública**

– Art. 11.....	115
– Inciso I do art. 11.....	120
– Inciso II do art. 11.....	121
– Inciso III do art. 11.....	122
– Inciso IV do art. 11.....	123
– Inciso V do art. 11.....	124
– Inciso VI do art. 11.....	125

– Inciso VII do art. 11.....	125
<b>Capítulo III – Das Penas</b>	
– Art. 12.....	127
– Independência das instâncias civil, penal e administrativa.....	127
– Jurisprudência.....	128
– Aplicação das penas em bloco ou alternativamente.....	135
– Jurisprudência.....	137
– Inciso I do art. 12.....	148
– Jurisprudência após a edição da Lei 10.628/2002.....	
– Acórdão anteriores ao julgamento da ADI 2.797.....	158
– Acórdão posteriores ao julgamento da ADI 2.797: inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 84 da Lei 10.628/2002.....	161
– Inciso II do art. 12.....	166
– Inciso III do art. 12.....	166
– Parágrafo único do art. 12.....	168
<b>Capítulo IV – Da Declaração de Bens</b>	
– Art. 13.....	171
– § 1º do art. 13.....	172
– § 2º do art. 13.....	172
– § 3º do art. 13.....	173
– § 4º do art. 13.....	174
<b>Capítulo V – Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial</b>	
– Art. 14.....	175
– § 1º do art. 14.....	176
– Jurisprudência.....	176
– § 2º do art. 14.....	178
– § 3º do art. 14.....	179
– Art. 15 parágrafo único.....	180
– Art. 16 e §§ 1º e 2º.....	182
– Art. 17.....	189
– Jurisprudência.....	191
– § 1º do art. 17.....	194
– Jurisprudência.....	196
– § 2º do art. 17.....	197
– § 3º do art. 17.....	198
– Jurisprudência.....	200
– Litisconsórcio facultativo da pessoa jurídica de direito público.....	201
– Litisconsórcio necessário.....	202
– § 4º do art. 17.....	203
– § 5º do art. 17.....	204
– Jurisprudência.....	206

– § 6º do art. 17.....	206
Jurisprudência.....	207
– §§ 7º a 11 do art. 17.....	209
Jurisprudência.....	210
– § 12 do art. 17.....	221
– Art. 18.....	221
<b>Capítulo VI – Das Disposições Penais</b>	
– Art. 19.....	223
– Parágrafo único do art. 19.....	223
– Art. 20.....	229
– Parágrafo único do art. 20.....	230
Jurisprudência.....	231
Impossibilidade de afastamento provisório do agente político com base no art. 20.....	236
– Art. 21 e incisos I e II.....	237
Jurisprudência.....	240
– Art. 22.....	243
Jurisprudência.....	244
<b>Capítulo VII – Da Prescrição</b>	
– Art. 23 e incisos I e II.....	245
Jurisprudência.....	247
Prescrição quinquenal.....	250
Prescrição vintenária.....	253
Imprescritibilidade da ação.....	253
Imprescritibilidade do pedido autônomo de ressarcimento do erário público.....	256
Prescrição decenal.....	257
Prescrição em relação a terceiro.....	257
<b>Capítulo VIII – Das Disposições Finais</b>	
– Art. 24.....	260
Jurisprudência.....	261
– Art. 25.....	264

#### APÊNDICE DE LEGISLAÇÃO

<b>LEI 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992</b> – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.....	265
<b>DECRETO 5.483, DE 30 DE JUNHO DE 2005</b> – Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, o art. 13 da Lei n. 8.429, de	

<i>2 de junho de 1992, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências</i> .....	271
<b>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5.10.1988</b> – Artigos relacionados: 5º, V, X, XXXIV, XXXV, XL, XLV a XLVII, LIV, LV, LVII, LXVIII a LXX, LXXIII; 14, § 9º; 15, I a V; 37, II, XXI, e §§ 1º, 2º, 4º a 7º; 41 e §§ 1º a 4º; 70, parágrafo único; 71, I a XI e §§ 1º a 4º; 72 e §§ 1º e 2º; 74, I a IV e §§ 1º e 2º; 75 e parágrafo único; 85, V e parágrafo único; 93, VIII; 127, §§ 1º a 3º; 129, I a III; 150, I a VI e § 6º; 167, I a XI e §§ 1º a 4º; 175, parágrafo único e incisos I a IV.....	273
<b>CÓDIGO CIVIL</b> (Lei 10.406, de 10.1.2002) – Artigos relacionados: 98; 99; 186, 205, 538; 555, 1.997, 1.999 a 2.001.....	283
<b>CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b> (Lei 5.869, de 11.1.1973) – Artigos relacionados: 81 a 85; 269; 475-N; 1.017.....	285
<b>CÓDIGO PENAL</b> (Decreto-lei 2.848, de 7.12.1940) – Artigos relacionados: 91; 92; 153; 154; 299; 313-A a 317; 319; 321; 325; 326; 332; 333; 335; 339; 340; 357; 359-A a 359-H.....	287
<b>CÓDIGO DE PROCESSO PENAL</b> (Decreto-lei 3.689, de 3.10.1941) – Artigos relacionados: 4º; 5º; 84; 301.....	293
<b>CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL</b> (Lei 5.172, de 25.10.1966) – Artigos relacionados: 97; 111; 112; 141; 151; 156; 175 a 179; 194 a 200.....	294
<b>DECRETO 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932</b> – Regula a prescrição quinquenal.....	298
<b>DECRETO-LEI 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942</b> – Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.....	299
<b>LEI 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950</b> – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.....	300
<b>LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964</b> – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.....	302
<b>LEI 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965</b> – Regula a Ação Popular.....	306
<b>DECRETO-LEI 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967</b> – Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.....	312

<b>DECRETO-LEI 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967</b> – Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências .....	312
<b>LEI 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976</b> – Dispõe sobre as sociedades por ações .....	314
<b>LEI 6.830, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1980</b> – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências .....	316
<b>LEI 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985</b> – Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e dá outras providências .....	317
<b>LEI 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986</b> – Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências .....	319
<b>LEI 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</b> – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais .....	323
<b>LEI 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990</b> – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências .....	334
<b>LEI 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992</b> – Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências .....	339
<b>DECRETO DE 4 DE JANEIRO DE 1993</b> – Cria a Comissão destinada a receber denúncias e reclamações relativas a irregularidades de atos da Administração Pública Federal.....	339
<b>PORTARIA MJ-19, DE 19 DE JANEIRO DE 1993</b> .....	340
<b>LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993</b> – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.....	341
<b>LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993</b> – Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências .....	348
<b>DECRETO 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993</b> – Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa .....	350
<b>LEI 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994</b> – Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dis-	

<i>põe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências .....</i>	351
<b>DECRETO 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994</b> – Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.....	351
<b>LEI COMPLEMENTAR 101, DE 4 DE MAIO DE 2000</b> – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências .....	356
<b>DECRETO 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007</b> – Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências .....	357
<b>RESOLUÇÃO 524, DE 28 DE SETEMBRO DE 2006</b> – Institucionaliza a utilização do Sistema BACEN-JUD 2.0 no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.....	362
ÍNDICE DOS ARTIGOS DA LEI 8.429/1992 .....	365
ÍNDICE JURISPRUDENCIAL REFERENTE ÀS NOTAS DE RODAPÉ	367